

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS COMO PROTEÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Elizabete de Lima Silva¹; Carlos Rochester Ferreira de Lima²

¹Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará - FAFIDAM/UECE, Email:

@elizabete.lima@aluno.uece.br

² Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, e-mail:

rochester.lima@uece.br

Introdução

A escola constitui-se como um espaço permeado por múltiplos atravessamentos que ultrapassam os conteúdos curriculares. Entre eles, destaca-se o abuso sexual, uma problemática que também se manifesta no ambiente escolar. Nesse sentido, a escola não pode se preocupar somente para o currículo formal, mas também deve assumir um papel de atuação no combate aos abusos sofridos por crianças e adolescentes.

Diante disso, surge a seguinte problemática: de que forma a Educação Sexual, no âmbito escolar, pode contribuir para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Sendo assim, a Educação Sexual constitui-se como uma ferramenta fundamental no enfrentamento e na prevenção de casos de abuso ou assédio sexual. Por meio dela, torna-se possível promover o acesso à informação, ao desenvolvimento do autoconhecimento e a construção de noções de respeito, limites e consentimento, muito embora as temáticas que envolvem a educação sexual ainda sejam vistas como tabus, e muitos, políticos e religiosos mais conservadores desqualificam o acesso a estas informações no contexto escolar por ‘incitarem as crianças às práticas sexuais antecipadamente’.

Campos e Miranda (2022), afirmam que “(...) é urgente desmitificar o conceito existente na sociedade brasileira de que a Educação Sexual é o ensino da prática sexual, que desperta curiosidades em crianças e adolescentes, estimulando-os para sua iniciação sexual”. Tal perspectiva, deixam evidente a necessidade de ampliar o debate e reconhecer a Educação Sexual como um componente essencial para a proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

De acordo com Louro (1999, p.81 *apud* Furlani, 2009, p.39) “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”. Partindo desse pressuposto, a escola não pode se omitir diante dessa problemática, pois, mesmo quando não é abordada em sala de aula, a sexualidade se manifesta de forma explícita nas relações e no cotidiano escolar. Assim, quando não é trabalhada de maneira coerente, com informações corretas e seguras, os alunos tendem a buscar outras formas de acesso ao conhecimento sobre o tema. Nesse processo, há grandes chances de que essas informações sejam inadequadas ou distorcidas, o que pode colocá-los em situações de vulnerabilidade.

Partindo desse pressuposto este trabalho tem como objetivo geral analisar de que maneiras a Educação Sexual nas escolas pode atuar como um instrumento de proteção contra a violência sexual na vida de crianças e adolescentes.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, sendo definida por Prodanov e Freitas (2013, p. 54) como uma pesquisa que “é elaborada a partir de

material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, [...] com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa”.

Além disso trata-se também de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70) “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Nesse tipo de abordagem, a interpretação dos fenômenos constitui os elementos centrais da pesquisa. Partindo dessa perspectiva, a análise foi realizada a partir da leitura e discussão de materiais teóricos como artigos disponíveis no Google Acadêmico e documentos oficiais relacionados à educação no contexto escola, e à prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes em idade escola.

Resultados e discussão

O termo Educação Sexual é em muitos casos entendido de forma errônea pela sociedade, principalmente quando esse termo vem atrelado as instituições de ensino, mesmo sendo algo que está presente em todos os seres vivos, a sexualidade permeia diversos ambientes, mas quando atrelada à escola, é sempre confundido por falta de conhecimento de uma parcela da sociedade, a temática passa a ser associada ao ato sexual de cunho erótico, transformando o assunto em algo desconfortável para os familiares, que tendem a privarem seus dependentes sejam eles crianças ou adolescentes, provocando assim a falta de acesso a informações confiáveis para o seu desenvolvimento (Campos; Miranda, 2022).

Essa superproteção exagerada por parte dos pais e responsáveis, acaba tornando as crianças e adolescentes, vulneráveis para casos de violência, que em muitos casos usam da falta de informação das vítimas para praticarem os crimes, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2024, afirma que “esse tipo de violência nem sempre é identificado pela vítima, seja por falta de conhecimento em razão da idade, no caso de menores, seja por aspectos sociais e culturais” (IBGE, 2026).

A história da Educação Sexual começa a ser atrelada a educação brasileira no começo do século XX, ainda na quando o tema era tratado a partir de uma visão médica, onde a maior preocupação eram as doenças que poderiam causar prejuízo para a saúde da população (Cruz; Silva; Santos, 2020 *apud* Campos; Miranda 2022). A Educação Sexual passa a ser algo voltado para o contexto pedagógico quando após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é criado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997 (Campos; Miranda 2020).

Os PCN trouxeram a Educação Sexual para dentro do âmbito escolar com o nome de Orientação Sexual, e como um tema transversal, e reconhecendo a sexualidade como uma dimensão fundamental da vida humana. Conforme o documento, “a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas” (Brasil, 1997). Além disso, ressalta-se que a atuação da escola não deve substituir o papel da família, os dois devem andar no mesmo sentido. A autora César (2009) enfatiza que os PCN “Embora [...] estejam sujeitos a infindáveis críticas advindas de diversos tipos de formulações é importante ressaltar que foram estes documentos que definitivamente instauraram a discussão sobre a educação sexual nas escolas”.

A base Nacional Comum Curricular (BNCC) diferente dos PCN não tem um espaço exclusivo para a Educação Sexual, ela é somente citada nos anos finais como parte da disciplina de ciências:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e

relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (Brasil, 1997, p. 327)

Embora haja alguns avanços históricos na inserção dessa temática no ambiente escolar, ainda é possível perceber que ainda existe a necessidade de uma ampliação maior e uma consolidação nas práticas pedagógicas, de modo a garantir uma abordagem mais abrangente, crítica e formativa. A insuficiência de informação desde os anos iniciais pode tornar as crianças e adolescentes mais suscetíveis a situações de violência sexual, uma vez que a falta de conhecimento dificulta o reconhecimento de comportamentos abusivos e a busca por ajuda. Nesse sentido, Campos e Miranda (2022) afirmam que “para além de trazer conceitos prontos, a escola deve proporcionar subsídios para que o aluno seja capaz de formular suas próprias opiniões acerca dos conteúdos aos quais são expostos”. Assim, estratégias pedagógicas adequadas à faixa etária mostram-se fundamentais nesse processo. Uma alternativa interessante para trabalhar a Educação Sexual com crianças é a sinalização do corpo, popularmente chamado de “semáforo do toque”, onde é sinalizando as partes do corpo onde pessoas desconhecidas não podem tocar. Tais práticas, já adotadas por algumas instituições, contribuem para a construção da autonomia e da consciência corporal das crianças, respeitando sempre os limites de informação necessários para a idade da criança, mas nunca omitindo ou repreendendo as curiosidades desses estudantes.

No entanto, ainda são práticas que enfrentam resistências por parte da sociedade que consideram a temática inadequada ao contexto escolar, o que deixa evidente a permanência de tabus e a necessidade da ampliação de debates sobre a Educação Sexual nas escolas. A persistência de tabus e compreensões equivocadas da real importância da Educação Sexual nas escolas, contribuem para a sua desvalorização no ambiente educacional, trazendo prejuízos para a formação e o desenvolvimento crítico dos estudantes, e sua capacidade de reconhecer, prevenir e pedir ajuda em uma situação de violência.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), revelam a dimensão dessa problemática ao apontar que “em 2024, 18,5% dos escolares informaram terem passado por situações em que alguém o/a tocou, manipulou, beijou ou expôs partes do corpo contra a sua vontade alguma vez na vida”, a pesquisa ainda deixa claro que “possivelmente muitos desses casos não foram notificados aos órgãos competentes de justiça”, o que reforça a urgência de intensificar o debate e fortalecer ações educativas voltadas a prevenção de possíveis violências, ao promover um espaço de diálogo e escuta, favorecendo a construção de uma relação baseada no respeito e na confiança, elementos essenciais para que crianças e adolescentes se sintam seguros para relatar possíveis situações de violência.

Conclusões

Conclui-se que trabalhar ativamente a Educação Sexual nas escolas torna-se fundamental na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao promover acesso à informação segura e com orientação científica, estamos promovendo o desenvolvimento dos estudantes, sua autonomia e a construção de uma consciência crítica acerca do próprio corpo e dos limites interpessoais/sexuais. Nesse sentido, torna-se fundamental que a escola, juntamente com a família e demais instituições como secretarias de saúde e educação, assumam uma postura assertiva na promoção de uma Educação Sexual crítica e adequada para as diferentes faixas etárias, podendo assim garantir a segurança, a integridade física, tornando-se fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente, informada e comprometida com a proteção de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação Sexual; Violência Sexual; Prevenção.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CAMPOS, Isabela do Couto; MIRANDA, Jean Carlos. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (Boca)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108-126, out. 2022. Disponível em: <https://revistaboletimconjuntura.com.br/boca/article/view/732>. Acesso em: 14 mar. 2026.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado da *et al.* **Sexualidade**. Curitiba: Seed, 2009. Cap. 4. p. 1-218.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Sexualidade**. Curitiba: Seed, 2009. Cap. 3. p. 1-218.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: www.feevale.br/editora. Acesso em: 14 mar. 2026.

